

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

Gabriela Abreu Campos da Cruz

**O acesso ao Pronaf: Um estudo de caso dos agricultores familiares
participantes da feira livre do município de Viçosa-MG**

Viçosa, MG

Mai de 2021

Gabriela Abreu Campos da Cruz

O acesso ao Pronaf: Um estudo de caso dos agricultores familiares participantes da
feira livre do município de Viçosa-MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Viçosa como parte das
exigências do título de Bacharel em Agronegócio.
Sob a orientação do Professor Gustavo Bastos
Braga.

Viçosa, 2021

Gabriela Abreu Campos da Cruz

O acesso ao Pronaf: Um estudo de caso dos agricultores familiares participantes da
feira livre do município de Viçosa-MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Viçosa como parte das
exigências do título de Bacharel em Agronegócio.
Sob a orientação do Professor Gustavo Bastos
Braga.

APROVADA: _____ de _____ de 2021.

Professor Janderson Damaceno dos Reis - UFV

(Membro da banca)

Gonimar Marques – UFV

(Membro da banca)

Professor Gustavo Bastos Braga - UFV

(Orientador)

RESUMO

Os debates sobre políticas públicas para o meio rural ganharam popularidade nas últimas décadas, especialmente pela inclusão de agricultores familiares em programas governamentais, dito isto, o Pronaf é uma ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, que através de linhas de créditos disponíveis para este setor fortalece a capacidade produtiva dos agricultores. O presente trabalho possui como objetivo geral analisar o acesso ao Pronaf para os produtores rurais participantes da feira livre do município de Viçosa – MG. No que tange a procedimentos metodológicos, foram realizadas pesquisas bibliográficas e análises de documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural de Viçosa – MG. Os resultados do estudo demonstraram que poucos produtores possuem acesso e conhecimento sobre o Pronaf, por isso, a importância do acesso a informações e conhecimentos por meio de assistência técnica aos agricultores familiares, fomenta a melhoria de renda e da qualidade de vida das famílias rurais, desenvolvendo assim, o meio rural, tanto socialmente quanto economicamente.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Crédito Rural, Pronaf, Feira Livre.

ABSTRACT

The debates about public policies for the rural environment have gained popularity in recent decades, especially by the inclusion of family farmers in government programs that said, the Pronaf is a tool for strengthening family farming, which through lines of credit available for this sector strengthens the productive capacity of farmers. The present work has as a general objective to analyze the access to Pronaf for farmers who participate in the free fair in the city of Viçosa - MG. Regarding the methodological procedures, bibliographic research and analysis of documents made available by the Municipal Department of Agriculture and Rural Development of Viçosa - MG were performed. The results of the study showed that few producers have access to and knowledge about Pronaf, therefore, the importance of access to information and knowledge through technical assistance to family farmers, promotes the improvement of income and quality of life of rural families, thus developing the rural environment, both socially and economically.

Keywords: Family Agriculture, Rural Credit, Pronaf, Open Market.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Feira Livre Noturna na Estação Cultural Hervé Cordovil..... | 20 |
|--|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Idade e sexo dos feirantes..... | 22 |
|--|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Idade dos feirantes..... | 23 |
| Gráfico 2: Sexo dos feirantes..... | 23 |
| Gráfico 3: Conhecimento do Pronaf..... | 24 |
| Gráfico 4: Acesso ao Pronaf..... | 25 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCR - Manual de Crédito Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEA - População Economicamente Ativa

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 Problema | 11 |
| 1.2 Objetivos | 12 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 12 |
| 2.1 Agricultura Familiar | 12 |
| 2.2 Crédito Rural | 13 |
| 2.3 Pronaf | 15 |
| 2.4 Breve histórico da origem da Feira Livre | 18 |
| 3 METODOLOGIA | 19 |
| 3.1 Local de Análise | 19 |
| 3.2 Delineamento da pesquisa | 20 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 21 |
| 4.1 Perfil dos Feirantes | 21 |
| 4.2 Conhecimento e acesso ao Pronaf | 24 |
| 5 CONCLUSÃO | 26 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | |

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90, com o surgimento das primeiras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, passou-se a ressaltar a importância e o reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. A agricultura familiar é constituída de pequenos produtores rurais, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, pescadores, silvicultores, extrativistas e aquicultores. Na agricultura familiar, a gestão da propriedade é desempenhada pela família e a atividade agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Muitas vezes eles aliam a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado, criando assim uma diversidade de produção, que também é uma característica marcante da agricultura familiar.

Um estudo feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais em todo o país, aponta que 77% dos estabelecimentos agropecuários foram classificados como da agricultura familiar, conforme o Censo Agropecuário (2017). Em extensão de área, a agricultura familiar ocupa 80,9 milhões de hectares, totalizando 23% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Segundo este estudo, 10 milhões de pessoas estão empregadas pela agricultura familiar, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar é também responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários.

Segundo o Censo Agropecuário (2017), os agricultores familiares têm uma participação significativa na produção de alimentos que os brasileiros consomem. Nas culturas permanentes, o segmento é responsável por 48% do valor da produção de café e banana, já nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão, por exemplo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), a população da cidade de Viçosa, é de 72.220 pessoas e possui cerca de 300 km² de área territorial. Há 909 estabelecimentos agropecuários com um total de 14.901 hectares de área, 2.341 pessoas vivem nesses estabelecimentos. Desses 909 estabelecimentos, apenas 63 obtiveram acesso a algum financiamento/empréstimo, sendo que 47% com programas governamentais de crédito e 53% em outras fontes.

Uma política pública, como forma de crédito, voltada especificamente para estes cidadãos é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi criado em 1995 com o objetivo de aumentar a produção, melhorar a qualidade de vida e ampliar a cidadania dos produtores. Nesse sentido, os debates sobre políticas públicas para o meio rural ganharam popularidade nas últimas décadas, especialmente pela inclusão de agricultores familiares em tais programas governamentais. O Pronaf é uma ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, que através de linhas de créditos disponíveis para este setor fortalece a capacidade produtiva dos agricultores por meio do aumento da renda nas áreas rurais e conseqüentemente, uma melhora na qualidade de vida do produtor e sua família.

Uma das principais práticas de fomento para comércio dos pequenos produtores são as feiras livres, que é uma forma de comércio tradicional nas cidades, que tem como objetivo a oferta de diferentes mercadorias, como produtos hortifrutigranjeiros, derivados do leite, artesanatos e industrializados. Essas feiras têm o intuito de inserir os pequenos produtores da agricultura familiar no mercado de trabalho, gerando emprego e renda para estes produtores e melhorando as condições de vida no campo. Em Viçosa, a feira teve início no ano de 1967 e a criação deste espaço teve como motivação a pouca disponibilidade de legumes e verduras no comércio local.

Geralmente, os produtores que participam das feiras livres participam de outros programas, como por exemplo: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esses programas de incentivo à produção agrícola servem para dar suporte técnico e financeiro aos pequenos produtores do município de Viçosa, inserindo-os no mercado de trabalho e na produção de alimentos. Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar se os feirantes do município possuem acesso ao Pronaf para o aumento de suas produções e melhoria de vida de suas famílias.

O trabalho será dividido em 5 capítulos. No primeiro capítulo consta a introdução, que faz uma breve contextualização sobre o tema abordado e apresenta a justificativa e o problema, assim como os objetivos gerais e específicos. No

segundo capítulo, para promover um maior detalhamento conceitual, há uma revisão da literatura relacionada à área trabalhada: Agricultura Familiar, Crédito Rural, Pronaf e Feira Livre. Já no terceiro, mostra a metodologia utilizada e explica o local de análise para a realização da pesquisa. No quarto capítulo, apresenta e discute os resultados obtidos através das pesquisas realizadas, tanto via internet quanto materiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural. E por fim, no último capítulo, contém a conclusão referente às pesquisas.

1.1 Problema

O programa aqui analisado é o Pronaf, que foi e é marcado por adaptações ao longo do tempo, de modo a atender às capilaridades da agricultura familiar. Tendo em vista a importância social e política da agricultura familiar no município de Viçosa-MG e a disponibilidade de programas de fomentos e incentivos para esse grupo, indagamos os possíveis motivos que levam a uma quantidade expressiva de agricultores a não acessarem os subsídios para aplicar em suas produções que sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro.

Os acessos aos financiamentos dependem diretamente de alguns procedimentos burocráticos, com documentos comprobatórios, uns mais rigorosos que outros, e com isso tais procedimentos podem se tornar impeditivos, tornando o acesso ao crédito inacessível para aqueles agricultores que não atendam aos requisitos documentais. Há ainda a questão do acesso às informações, que limitam a compreensão e também a participação nos programas.

A partir dos pontos mencionados, pode-se perceber que há alguns entraves que impossibilitam os agricultores obterem participação nos programas. Logo, pergunta-se, quais são os desafios encarados pelos produtores rurais participantes da feira livre de Viçosa para o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar o acesso ao Pronaf para os produtores rurais participantes da feira livre do município de Viçosa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mapear o perfil dos produtores rurais que participam da feira livre.
- Identificar quantos feirantes possuem o conhecimento e acesso em relação ao programa.
- Identificar os requisitos para participar da feira livre noturna.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

Denardi (2001, v. 2, p. 56) diz que o termo “agricultura familiar” é moderno. Anteriormente, o termo utilizado era “pequenos produtores, pequenos proprietários, e até mesmo, camponês”.

A agricultura familiar caracteriza-se como a forma de vida de milhares de homens e mulheres que, ao longo do tempo, vêm resistindo ao processo excludente e altamente competitivo do mercado agrícola, com a atuação dos empreendimentos que atuam na logística do agronegócio (SILVA e JESUS, 2010, p. 10).

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (2020), pequenos produtores rurais, assentados da reforma agrária, silvicultores, pescadores, extrativistas, aquicultores e povos e comunidades tradicionais constituem a conhecida Agricultura Familiar no Brasil e o setor tem participação significativa na produção dos alimentos consumidos pela população brasileira.

De acordo com o Mapa (2020), a agricultura familiar é uma propriedade rural em que o núcleo familiar é a peça chave da produção e da estrutura econômica, e os alimentos colhidos por eles servem de consumo para a própria família ou para grande parte da população. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, concluiu-se que a agricultura familiar está presente em 77% das propriedades rurais do Brasil e em todos os biomas do país encontram-se produtos que são distribuídos por esse

grupo de agricultores. As produções de maiores destaques no setor são as hortaliças, fruticulturas, olerícolas, pecuária leiteira, gado de corte, aves, suínos, café, cana, arroz, feijão e milho.

De acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu art. 3º, que define as normas da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público, é necessário que o produtor:

I - possua, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais (têm diferentes dimensões por estado);

II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente família.

No Brasil, segundo Bosquilia e Pipitone (2017, p. 11), a expressão agricultura familiar é recente e surgiu em 1990, década em que a tentativa de fortalecimento pelo desenvolvimento rural ficou marcada. Nesta época, as políticas públicas que fortalecem a agricultura familiar deram outros rumos ao desenvolvimento rural brasileiro, onde surge o Programa Nacional de Fortalecimento aos Agricultores Familiares.

2.2 Crédito Rural

Em 1949, a política agrícola brasileira começou a perceber a importância do crédito como forma de promover a agricultura e de fomento do meio rural, considerado fator fundamental nas políticas de crescimento do país. O crédito também é uma ferramenta importante no desenvolvimento econômico no meio rural, pois diminui os índices de pobreza e de êxodo rural, além de estimular a atividade agrícola.

O crédito rural brasileiro surgiu com a Lei nº 4.829/65 que normatizou os financiamentos rurais. Através dessa normatização, destacou-se o quanto o crédito rural tem importância para o crescimento econômico do país e a partir daí gerou a

criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), motivando a regulamentação do crédito de suas formas de aplicação.

“[...] o crédito rural visa a estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural. Visa também a favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários, assim como busca possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente os pequenos e médios [...]” (SOUSA e ALVES, 2018, pág. 144).

Os principais operadores para a obtenção do crédito rural são os bancos e as cooperativas de crédito. Os bancos seguem a orientação dada pelo Manual de Crédito Rural (MCR), disponibilizado e atualizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Para ter acesso ao crédito rural, é de suma importância apresentar um projeto técnico que indique de que maneira esses recursos serão utilizados. Este projeto pode ser feito por empresas estaduais, como a Emater, empresas privadas e profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), Conselho Federal ou Regional dos Técnicos Agrícolas, Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) ou no Conselho Regional de Biologia (CRB), mediante convênio com a instituição financeira ou com o mutuário (beneficiário do crédito rural).

Ao solicitar o crédito, os produtores podem comprar novos equipamentos, aumentar seus negócios e alcançar algumas vantagens financeiras, como por exemplo: taxas de juros reduzidas, modalidades adequadas para cada finalidade, prazos de pagamentos facilitados, possibilidades de expansão da operação e valores adequados à necessidade do produtor.

Existe crédito rural para custeio, para investimento e para comercialização. O crédito para custeio são os custos com insumos para produzir culturas, podendo ser para uso agrícola ou pecuário. O crédito para custeio agrícola pode ser utilizado nas despesas de produção de lavouras temporárias, lavouras permanentes ou em extração de produtos vegetais. Já o crédito para o custeio pecuário é para manter a pastagem, comprar alimentação para os animais, adquirir animais para recria e engorda e para atividades de produção de aquicultura, piscicultura, apicultura,

avicultura e sericultura. Os créditos de custeio devem ser analisados com base em orçamento, plano ou projeto, ou seja, é necessária a apresentação de alguns desses documentos no banco para que seu crédito seja aprovado. O crédito rural para investimento é utilizado para melhorias nos resultados nas atividades desempenhadas na propriedade, como por exemplo, construir, ampliar salas de ordenha, benfeitorias, instalar sistemas de irrigação, comprar máquinas agrícolas e recuperar solos. Já o crédito para comercialização é um crédito oferecido aos produtores rurais ou às suas cooperativas para comercializarem seus produtos.

Produtores com mais recursos ou que já estão inseridos no processo de modernização de suas propriedades têm maior concentração dos recursos de crédito rural, contribuindo para o aumento da transferência de renda intersetorial e a pauperização dos pequenos produtores. Ribeiro (1979) salientava que cerca de 80% dos agricultores brasileiros não tinham acesso ao crédito rural e à assistência técnica oferecida pelo governo. Além disso, os impostos relativos à agricultura acabam sendo arcados pelos pequenos agricultores.

2.3 Pronaf

De acordo com Fernandes (2013), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar surgiu a partir de lutas e organizações dos trabalhadores rurais que buscavam uma política econômica e social que estivessem diretamente ligadas ao desenvolvimento rural após serem prejudicados pela abertura comercial da economia na década de 90.

O objetivo do programa é desenvolver atividades com o agricultor familiar, modernizando seu sistema produtivo e integrado à cadeia do agronegócio, dessa forma gerando um maior valor agregado em suas produções, um aumento da renda familiar e uma melhora na qualidade de vida do produtor rural, diminuindo assim, a situação de pobreza no campo e tornando os produtores menos dependentes de programas de transferência de renda.

Para Henig (2016), o Pronaf é um exemplo de políticas diferenciadas para o desenvolvimento local, ao destinar atenção aos produtores familiares suprindo as

demandas por créditos rurais, tendo linhas de créditos particulares para cada modalidade de produção e de produtores.

O Pronaf foi criado em 1995 com o intuito de atender com exclusividade os pequenos agricultores, que são aqueles que utilizam prioritariamente da mão de obra familiar ou de sua própria força de trabalho. As ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas em 1996. A ampliação para as áreas de investimento, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa só ocorreu em 1997, quando o programa deu início à operação de forma integrada em todo território nacional e ganhou maior extensão. Em 1999, o Pronaf passou por algumas reformulações e a partir daí os agricultores familiares adquiriram mais espaço, tanto à sociedade civil quanto à esfera pública federal, com isso representando um maior reconhecimento e visibilidade diante do Estado. Atualmente, o programa é o principal apoio econômico e produtivo para a agricultura familiar, sendo de extrema importância para o desenvolvimento rural. Com o passar dos anos, o programa obteve um aumento em sua atuação, incorporando novas linhas de crédito e beneficiando mulheres, indígenas e jovens, por exemplo, que até então eram excluídos pelas políticas agrícolas. Além disso, ampliou os recursos, os contratos e o número de agricultores beneficiados. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Segundo Corcioli (2018), para ter acesso ao crédito disponibilizado pelo Plano Safra da Agricultura Familiar (conjunto de normas disponibilizados pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)), é necessário que o agricultor possua a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e um projeto técnico de custeio ou de investimento elaborado por um técnico da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Este técnico deve ser cadastrado na instituição financeira responsável pelo financiamento e elaborar um projeto de financiamento atendendo as exigências do agricultor. É papel do técnico, também, ajudar este agricultor a encontrar uma linha de crédito que tenha menores taxas de juros e melhores condições de pagamento e que se adeque ao seu perfil. Além disso, o técnico deverá acompanhar a implantação da atividade proposta em seu projeto, vistoriando as aquisições e auxiliando na melhor utilização dos recursos disponíveis. Com isso, o técnico elabora relatórios para entregar à instituição financeira que aprovou o projeto para comprovar que os recursos estão sendo bem

utilizados, podendo ser estas instituições bancos estatais e privados e cooperativas de crédito.

Segundo Sousa e Alves (2018, p. 149), o Pronaf é formado por quatro grandes linhas de ação. São elas:

a) financiamento de pesquisa e extensão rural, que visa à destinação de recursos financeiros com o objetivo de gerar tecnologias para os agricultores familiares; b) financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios, que destina recursos para instalação e melhoria de infraestrutura e serviços essenciais ao desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios rurais mais pobres, com grande concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; c) financiamento de capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos, objetivando a capacitação de técnicos, conselheiros, agricultores familiares para a produção sustentável; e, por fim, d) financiamento de produção, que financia atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares, objetivando principalmente garantir aos agricultores familiares o acesso ao crédito rural.

Para Aquino e Schneider (2010), o Pronaf é seletivo e excludente fundamentado em um viés produtivista e setorial, com isso aceita os agricultores que possuem uma renda maior com público preferencial. Dessa forma, uma grande parcela dos recursos se concentra nas mãos destes agricultores, que são clientes preferenciais dos bancos, pois as regras de concessão dos créditos são aplicadas de maneira uniforme em todo o país. Outro fator de extrema importância considerado pelos agentes públicos é a dificuldade em acessar o Pronaf, aplicada pelos agentes financeiros, comprovada pela burocracia na exigência de documentos.

Aquino e Schneider (2010, p. 10) avaliam que:

De maneira geral, diferentes analistas observam que a distribuição desigual dos recursos do Pronaf está associada a problemas operacionais e sociopolíticos que estariam fora do raio de ação do programa. Assim, entre os fatores arrolados com maior frequência para explicar o quadro de desigualdades socioespaciais apresentado, destacam-se: os elevados obstáculos burocráticos impostos pelo sistema bancário aos agricultores familiares com níveis de renda inferiores; a maior organização dos agricultores mais capitalizados; as pressões de empresas agroindustriais às quais estes produtores estão vinculados; a concentração de agências bancárias e cooperativas de crédito nos estados da região Sul; e a desarticulação e baixa inserção social dos produtores do Norte e do Nordeste.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), com o aumento dos recursos pelo Pronaf, os municípios mineiros se desenvolveram e

superaram problemas como subnutrição, analfabetismo, desemprego, pobreza extrema e acesso à água. Segundo o MAPA (2020), o número de recursos pelo Pronaf teve um aumento significativo nos últimos anos, foram cerca de R\$ 30 bilhões disponíveis para o programa e taxas de juros a 2,75%, inclusive para o estado de Minas Gerais, dessa forma atingiu várias famílias em localidades que antes não eram alcançadas pelo programa. Portanto, o programa tem sido um grande aliado para promover o desenvolvimento social e econômico para os pequenos municípios também, mas infelizmente ainda possui uma grande concentração para os agricultores mais integrados ao mercado e municípios mais desenvolvidos.

2.4 Breve histórico da origem da Feira Livre

A feira livre tem um papel fundamental na história e sempre esteve presente no cotidiano do ser humano, sobretudo como um dos primeiros centros de trocas e vendas de produtos. As feiras não exercem somente influência no que se refere à economia, mas também é um lugar propício no que diz respeito às relações sociais. É ali que diferentes grupos interagem e compartilham percepções, saberes, constrói relações de amizade, laços umas com as outras, ao contrário do que frequentemente acontece em outros centros comerciais, tais como os grandes mercados, no qual a relação entre o vendedor e o cliente tem apenas a função meramente mercantil.

O período e a localização exata de onde foi o surgimento das primeiras feiras livres são incertos. Para alguns historiadores e pesquisadores, acredita-se que há 500 A.C a mesma já existia. Para Verdana (2004), a feira livre já era presente na antiguidade em Roma e Grécia, onde aparecem os primeiros indícios da presença da mesma. Nesse período existia um curso de mercadorias variadas e de pessoas de diferentes localizações com objetivo e ideia de trocar produtos, pois o que era de grande abundância para um grupo distinto para outro já não era, isso possibilitou a troca de mercadoria.

De acordo com o historiador Huberman (1976), é argumentado que a feira livre tinha maiores proporções a serem negociadas, pois tinham mercadorias vindas de diversos pontos do mundo. As feiras eram o centro distribuidor, onde os grandes

mercadores compravam e vendiam as mercadorias oriundas do norte e sul, ocidente e oriente.

Para Almeida (2009), no Brasil as feiras livres existem desde o período colonial, onde os portugueses trouxeram, pois os mesmos já eram familiarizados com a forma de comercialização em feiras. Mott (1976), afirma que a primeira feira no Brasil aconteceu no ano de 1548, no então reinado de D. João III.

“[...] se façam em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houver mister, e assim ordenareis que os cristãos não vão às aldeias dos gentios tratar com eles. (MOTT, 1976, p.83).”

Conforme Mott (1976), a feira tinha como principal objetivo o contato com os nativos, e que a feira livre fosse utilizada como o local de estratégia de trocas materiais e de relações sociais. Contudo, segundo o autor, a feira no Brasil não foi estabelecida no contato imediato. A mesma teve alguns impedimentos, entre esses, a valorização glamorosa dos grandes engenhos que mantinham a casa grande com as senzalas, pois proviam o necessário para se abastecerem. Com isso, não precisavam ir a outros lugares comprar possíveis mercadorias, e se por acaso faltasse os alimentos, iam buscar nas grandes metrópoles.

3 METODOLOGIA

3.1 Local de Análise: Feira Livre Noturna de Viçosa

A feira livre é uma forma de comércio tradicional nas cidades, que tem como objetivo a oferta de diferentes mercadorias, como produtos hortifrutigranjeiros, derivados do leite, artesanatos e industrializados. Em Viçosa, a feira teve início no ano de 1967, com funcionamento apenas aos sábados. Teve apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Prefeitura Municipal de Viçosa. A criação deste espaço teve como motivação a pouca disponibilidade de legumes e verduras no comércio local.

Já no ano de 2018, com apoio da Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural, passou a ter a Feira Noturna às quartas-feiras, ao lado da

Estação Cultural Hervé Cordovil, no centro da cidade, com o objetivo de aumentar a opção de comercialização e estimular o aumento da renda dos produtores rurais. Na feira de quarta são produtores rurais da agricultura familiar do município que participam, as barracas contemplam diversos produtos típicos da nossa região, tais como: verduras, frutas, legumes, quitandas, queijos, ovos e artigos de artesanato. Os produtos são originários do município de Viçosa (não pode haver compras de grandes centros de distribuição). Acontecem também apresentações musicais durante a feira, ou seja, além de ser um espaço de comercialização de produtos, há também um espaço cultural para o lazer da população. Atualmente, a feira de quarta conta com 42 feirantes que comercializam uma heterogeneidade de produtos para o município.

A Feira Livre Noturna de Viçosa foi selecionada para esta análise por ter uma grande diversidade de produtores rurais residentes no município que comercializam seus produtos. E também para averiguar se eles possuem o crédito rural para conseguir uma maior produtividade em suas propriedades para tal comercialização.

Figura 1: Feira Livre Noturna na Estação Cultural Hervé Cordovil.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Viçosa, MG.

3.2 Delineamento da pesquisa

Na pesquisa será utilizada uma abordagem exploratória, pois de acordo com Gil (2010), a pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses.

O estudo possui caráter qualitativo. Como argumenta Sampieri (2006), a pesquisa qualitativa possui maior detalhamento, riqueza, além da contextualização com o ambiente estudado e experiências únicas. É também uma pesquisa quantitativa, haja vista que ela se traduz por tudo aquilo que pode ser quantificável, ou seja, irá traduzir em números informações para então obter a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão.

Para a obtenção dos resultados utilizou-se dados secundários, pois foram dados coletados através de análises de documentos com materiais disponibilizados pela Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural do município de Viçosa-MG.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Perfil dos Feirantes

De acordo com a metodologia proposta, para a elaboração da pesquisa foi utilizado o banco de dados da Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural do município de Viçosa, que fez, recentemente, um levantamento nas feiras para saber e compreender quais dos produtores tinham incentivos para a melhoria de suas produções através de financiamentos e empréstimos concedidos por instituições financeiras.

Atualmente, a Feira Noturna consta com 42 feirantes ativos, sendo que 30 são agricultores, 4 participam da praça de alimentação e 8 produzem artesanatos. Com isso, para a realização da pesquisa, foram mencionados apenas os 30 feirantes que são agricultores.

Dito isto, os critérios para os agricultores participarem da feira são:

- Ser agricultor familiar;
- Residir na cidade de Viçosa;
- Todos os produtos devem ser produzidos por eles (não podendo ser de grandes centros de distribuições); e
- Participar da feira que acontece aos sábados.

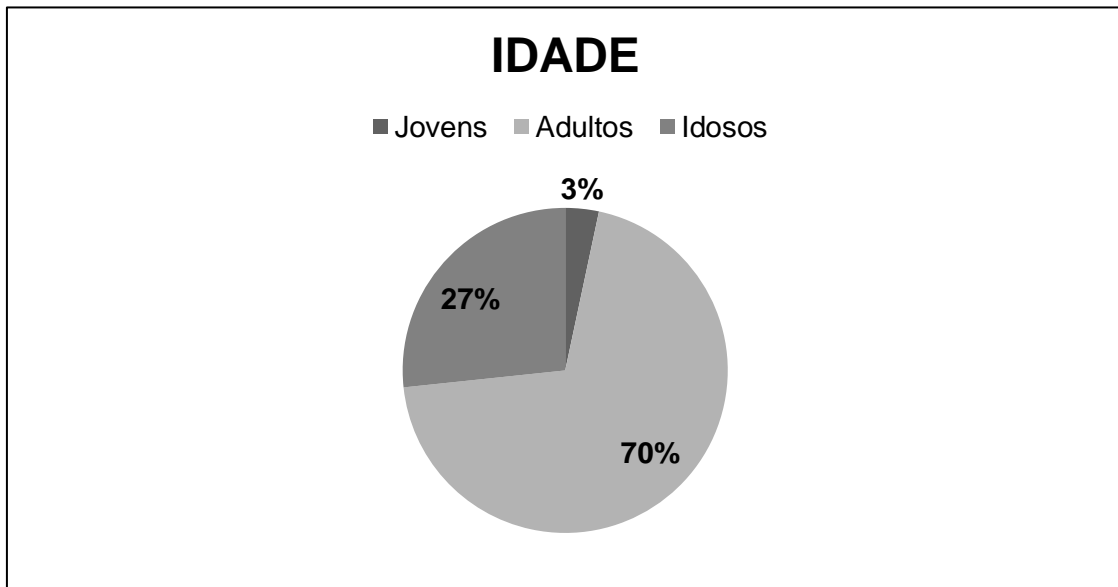
Tabela 1: Idade e sexo dos feirantes

| FEIRANTES | SEXO | IDADE | FEIRANTES | SEXO | IDADE |
|--------------------|-------------|--------------|--------------------|-------------|--------------|
| Feirante 1 | M | 27 | Feirante 16 | F | 31 |
| Feirante 2 | F | 52 | Feirante 17 | F | 46 |
| Feirante 3 | M | 71 | Feirante 18 | M | 27 |
| Feirante 4 | M | 36 | Feirante 19 | F | 48 |
| Feirante 5 | F | 17 | Feirante 20 | M | 64 |
| Feirante 6 | M | 20 | Feirante 21 | F | 56 |
| Feirante 7 | M | 53 | Feirante 22 | M | 52 |
| Feirante 8 | M | 63 | Feirante 23 | F | 69 |
| Feirante 9 | M | 59 | Feirante 24 | F | 24 |
| Feirante 10 | M | 30 | Feirante 25 | F | 39 |
| Feirante 11 | M | 53 | Feirante 26 | M | 55 |
| Feirante 12 | M | 66 | Feirante 27 | M | 52 |
| Feirante 13 | F | 60 | Feirante 28 | M | 49 |
| Feirante 14 | F | 35 | Feirante 29 | M | 78 |
| Feirante 15 | M | 82 | Feirante 30 | M | 46 |

Fonte: Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural de Viçosa, MG.

Analisando a tabela 1, observa-se que os feirantes possuem uma média de 49 anos. Foi utilizado para análise da mesma o critério de divisões das Populações Economicamente Ativa (PEA), onde a idade é dividida em jovens, adultos e idosos. Ao observar a tabela 1 e o gráfico 1 que se encontra logo em seguida, percebe-se que a idade varia de 17 anos a 82 anos, sendo que 70% são adultos, 27% idosos e 3% jovens, ou seja, a grande maioria dos feirantes se encontra na idade adulta de acordo com a PEA.

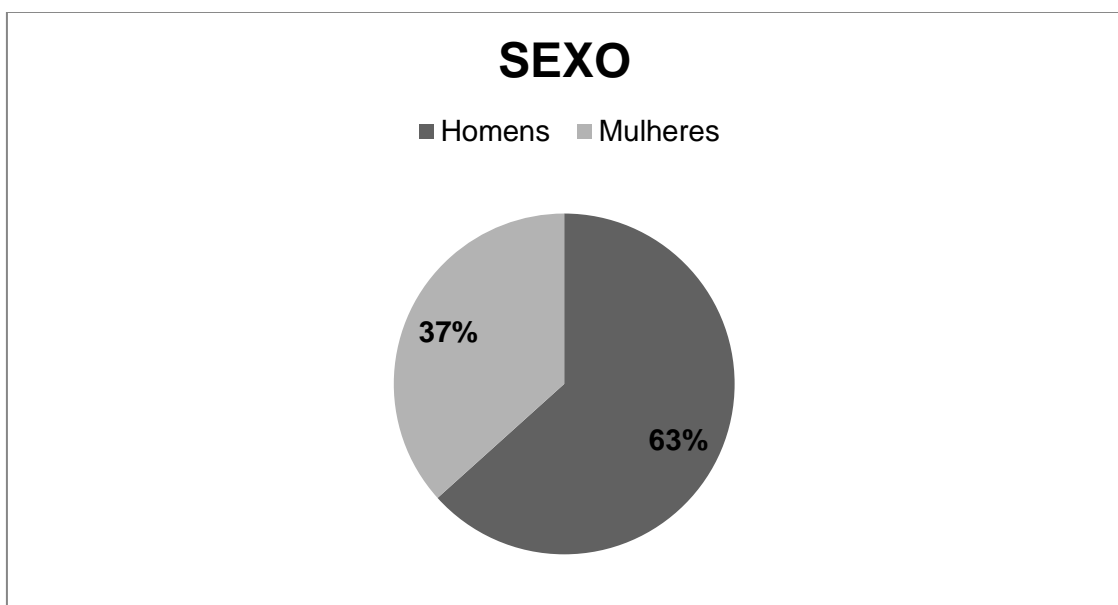
Gráfico 1: Idade dos feirantes



Fonte: Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural de Viçosa, MG.

Para elucidar melhor a Tabela 1, foi feito o Gráfico 2 que demonstra o número de mulheres que estão inseridas no mercado de agricultura familiar da cidade de Viçosa. Como claramente pode-se observar, existe uma maioria significativa de homens que trabalham no espaço da feira livre, contando com 63% da participação deles no segmento.

Gráfico 2: Sexo dos feirantes

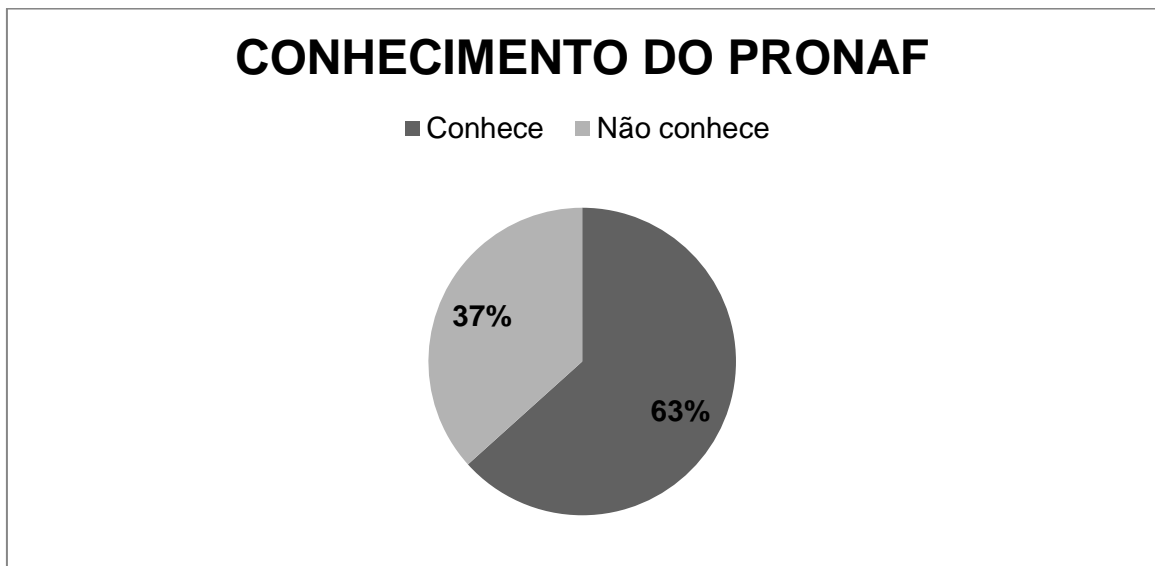


Fonte: Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural de Viçosa, MG

4.2 Conhecimento e acesso ao Pronaf

Dos 30 feirantes analisados, pode concluir que 63% já ouviram falar sobre o programa em algum momento de sua vida, já 37% dos feirantes não conhecem ou nunca ouviram falar do programa, como ilustra o gráfico 3. Assim, fica claro que uma grande parcela de agricultores não conhece a política pública do crédito Pronaf.

Gráfico 3: Conhecimento do Pronaf.



Fonte: Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural de Viçosa, MG.

Para Aquino e Scheneider (2015), a falta de clareza das informações por parte dos agricultores familiares durante todas as fases do processo de construção e concessão do crédito faz com que não haja êxito na condução do projeto e do programa Pronaf. Para Silva e Alves Filho (2009), o poder público quando normatiza programas de crédito para grupos específicos, como o caso do Pronaf, não atua de forma paralela fornecendo uma estrutura necessária para capacitar o público demandante. E isso é comprovado pelo banco de dados disponível pela Secretaria, que demonstra que 73% dos feirantes nunca tiveram acesso ao Pronaf e 27% tem acesso ou já tiveram em algum momento de sua carreira.

Gráfico 4: Acesso ao Pronaf



Fonte: Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural de Viçosa, MG.

4 CONCLUSÃO

A agricultura familiar é fonte de grande parte dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros de acordo com o Mapa (2020), além de ser um dos setores que mais contribui para o aumento do PIB do país. É por meio de políticas públicas como o Pronaf que o governo disponibiliza recursos com taxas de juros mais atrativas para investimento e desenvolvimento das propriedades rurais. Este recurso permite a modernização e automatização das propriedades aumentando a renda e qualidade de vida dos produtores rurais.

Portanto, analisando os documentos, conclui-se que dos 30 feirantes que trabalham diretamente com a agricultura familiar na Feira Noturna de Viçosa, 73% não possuem ou nunca possuíram acesso ao Pronaf e apenas 27% têm acesso no momento ou já tiveram ao longo de suas trajetórias como produtores rurais. Ainda através dos estudos dos gráficos, pode-se perceber que independente da faixa etária e o sexo dos feirantes o Pronaf ainda é muito pouco conhecido, visto que o pouco conhecimento, clareza e empoderamento sobre as normas do programa, por parte dos feirantes, fazem com que esta política pública não tenha beneficiado ainda uma parte considerável dos agricultores familiares no município de Viçosa. Além da falta de conhecimento sobre o programa, percebe-se que a burocracia também é um impeditivo na hora de conseguir o acesso, visto que são necessários vários documentos comprobatórios para serem aprovados pelas instituições financeiras.

Após a realização da pesquisa, entretanto, é possível compreender a importância de assistência técnica para os agricultores familiares, de forma que possa melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos conhecimentos e informações, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e políticas públicas para o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.
- AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 53-81.
- BOSQULIA, Samira Gaiad C.; PIPITONE, Maria Angélica Penatti. **A integração do PNAE com o PRONAF: oportunidades e desafios**. Piracicaba: Impulso, 2017.
- DENARDI, Reni A. Agricultura familiar e políticas públicas in: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul/set 2001.
- FERNANDES, A. M. S. **“O Pronaf na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados”**. 2013. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010
- HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. **Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF**. Rev. Bras. Polít. Públicas (Online), Brasília, v. 6, nº 1, 2016 p. 255-268.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 01 de abril de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 01 de abril de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Economicamente Ativa**. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?de=19&no=7&op=0. Acesso em: 15 de abril de 2021.
- MELO, Marcelo P. **Desafios para a manutenção da feira da agricultura familiar em Uberlândia, MG**. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/monografias/marcelo_pereira_de_melo.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande**. 1976. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade de Campinas/UNICAMP, Campinas.

PREFEITURA DE VIÇOSA. **Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural**. 2021.

RIBEIRO, Denis. **Crédito rural no Brasil – avaliação e alternativas**. São Paulo: Unidas, 1979. 146 p.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, Porto Alegre, p. 21- 50, 2004.

SILVA, J.R; JESUS, P. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/4>> Acesso em: 29 de novembro de 2020.

SILVA, S. P.; ALVES FILHO, E. **Impactos Econômicos do PRONAF em Territórios Rurais: Um Estudo para o Médio Jequitinhonha – MG**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 40, p.481-498, 2009.

SILVA, Fernanda Faria; SANTOS, Rodrigo Malta dos; **Desenvolvimento rural e Pronaf: um estudo para os municípios mineiros**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 13, n. 30, p. 159-186, ago., 2018.

SOUSA, Marana Sotero de; ALVES, André Gomes de Sousa. **Os programas de crédito agrícola e de fomento para a agricultura familiar: uma análise a cerca do Pronaf e do Pnae**. Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas, Salvador, v. 4, nº 1, p. 139 – 159, 2018.

VERDANA, Viviane. **"Fazer a Feira": estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.